



DEBATES E INTERVENÇÕES

Os mundos do trabalho e a Independência do Brasil

FELIPE AZEVEDO E SOUZA

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

felipeazv.souza@gmail.com

RENATA FIGUEIREDO MORAES

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

renata.moraes@uerj.br

BEATRIZ MAMIGONIAN

Universidade Federal de Santa Catarina

beatriz.mamigonian@ufsc.br

JOÃO PAULO PEIXOTO COSTA

Instituto Federal do Piauí / Universidade Estadual do Piauí

joao.peixoto@ifpi.edu.br

HENDRIK KRAAY

University of Calgary

kraay@ucalgary.ca

ADRIANA BARRETO

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

adrianaabarreto@gmail.com

WLAMYRA ALBUQUERQUE

Universidade Federal da Bahia

wlamyra@gmail.com

YNAÊ LOPES DOS SANTOS

Universidade Federal Fluminense

[ynaе.lopes.santos@gmail.com](mailto:ynae.lopes.santos@gmail.com)



Apresentação

Felipe Azevedo e Souza e Renata Figueiredo Moraes

O ano de 2022 ficou marcado na historiografia brasileira pelo empenho coletivo da comunidade acadêmica em promover no compacto de alguns meses uma profusão de debates, eventos, projetos e publicações sobre o bicentenário da independência do Brasil. A efeméride trouxe a público alguns ângulos originais e novos enquadramentos de leitura do processo de emancipação política e fundação do Estado Nação. Se por um lado grupos sociais e personagens excepcionais que foram tradicionalmente alijados das narrativas sobre o nascimento do país ganharam ênfase, por outro também ficamos conhecendo melhor as dinâmicas e os interesses do círculo de poder que sempre esteve no primeiro plano da história da independência. Produzidos no calor destes debates, os textos que seguem nesta edição da *REVLATT* abrangem, ainda que de maneira sintética e, eventualmente, indiciária, uma ampla e inovadora agenda de pesquisas em curso sobre os mundos do trabalho e a independência do Brasil.

Na agitação da arena acadêmica, parte das novidades historiográficas foi recebida com objeção. Uma respeitada historiadora escreveu que em 1822 o povo mal ouviu falar da Independência. Em outro momento, um erudito professor classificou como expressões de afã “presentista” e “identitário” determinadas iniciativas de pesquisa que buscaram compreender como mulheres e setores marginalizados interagiram e reagiram aos acontecimentos políticos da época. Em ambas as críticas não há negação de que os de baixo estivessem presentes nas tramas e conflitos daquela quadra histórica, até porque a participação popular aparece onipresente na abundante documentação histórica que registra os conflitos bélicos e tumultos nos centros urbanos no contexto do enredo fundacional. Mas essas reações buscaram questionar a consciência que os trabalhadores tinham dos projetos políticos em jogo e timbrar com etiquetas opacas as abordagens centradas em torno de agentes sociais de fora do restrito círculo das elites ilustradas.

De algum modo essa disputa se assemelha às contestações que historiadores profissionais fizeram ao *The 1619 Project*, iniciativa que buscou narrar a história dos Estados Unidos da América tendo por foco central as consequências da escravidão e as contribuições da população afro-americana.¹

¹ The 1619 Project. The New York Times, 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2019/08/14/magazine/1619-america->

As acusações de que o viés ideológico do projeto implicou em distorções históricas foi respondida pelo professor Leslie M. Harris:

Os Estados Unidos não foram, de fato, fundados para proteger a escravidão – mas o *New York Times* [onde o projeto foi publicado] está certo ao destacar que a escravidão foi central em sua história. [...] Ao longo do último meio século, um importante trabalho sobre a história e o legado da escravidão foi feito por um grupo multirracial de estudiosos comprometidos com uma ampla compreensão da história dos EUA – em narrativas centradas nas relações raciais, mas sem negar os papéis de outras influências ou apagando as contribuições das elites brancas. Uma compreensão precisa de nossa história deve apresentar um quadro abrangente, e é prestando atenção a esses estudiosos que chegaremos lá.²

Longe de qualquer pretensão em suprimir o protagonismo dos *founding fathers*, as novas produções ampliam a compreensão sobre a natureza e os limites do ideário liberal dos sábios homens brancos tradicionalmente apontados como engenhosos criadores dos princípios e a estrutura de governo que conformaram as nascentes nações. Caso paradigmático, as relações que Thomas Jefferson mantinha com as centenas de trabalhadores que viviam escravizados em Monticello vêm movimentando debates historiográficos há décadas.³ De forma análoga, hoje em dia conhecemos melhor o perfil de patriotas que acompanharam Dom Pedro I no assim chamado “grito do Ipiranga”. Foram traficantes e grandes proprietários de escravizados que conformavam o núcleo civil da comitiva real naquela ocasião que veio a se tornar o marco zero do Estado brasileiro.⁴ As novas dimensões interpretativas são eloquentes em articular a participação da classe senhorial na fundação dos mencionados Estados Nacionais com seus interesses

[slavery.html](#). Acesso em: 21/10/2022. Para críticas, ver, por exemplo: James H. Sweet, *Is History history? Identity Politics and Teleologies of the Present. Perspectives on history*, 2022. Disponível em: <https://www.historians.org/research-and-publications/perspectives-on-history/september-2022/is-history-history-identity-politics-and-teleologies-of-the-present>. Acesso em: 21/10/2022. James Oakes, “What the 1619 Project Got Wrong”. *Catalyst*, 2021. Disponível em: <https://catalyst-journal.com/2021/12/what-the-1619-project-got-wrong>. Acesso em: 21/10/2022.

² Leslie Harris, “I Helped Fact-Check the 1619 Project. The Times Ignored Me”. *Político*, 2020. Disponível em: <https://www.politico.com/news/magazine/2020/03/06/1619-project-new-york-times-mistake-122248>. Acesso em: 21/10/2022.

³ Ver, por exemplo, Lucia Stanton, “*Those Who Labor for My Happiness*”: *Slavery at Thomas Jefferson Monticello* (Charlottesville: University of Virginia Press, 2012). William Cohen, “Thomas Jefferson e o problema da escravidão”, *Estudos Avançados*, v. 14, n. 38, 2000. pp. 151-180.

⁴ Thiago Campos Pessoa, *O império da escravidão. O complexo Breves no vale do café (Rio de Janeiro, c. 1850-c.1888)* (Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018).

produtivos vinculados à imposição de projetos de organização social do trabalho.⁵

Os mundos do trabalho tiveram, portanto, papel central nos acordos firmados pelos de cima no processo de construção da autonomia política. Mas a chamada “causa do Brasil” também inspirou uma miríade de desejos de mudança entre os subalternos, que foram muitas vezes classificados como “classes populares”, “povo” ou “gente miúda”.⁶ No conjunto de abordagens que apresentamos aqui, os de baixo são compreendidos enquanto “trabalhadores” e apresentados a partir de suas culturas de classe. É inédito esse esforço em encadear um conjunto tão diverso de planos e projetos dos trabalhadores em interação com o teatro de acontecimentos da independência do Brasil.

A oportunidade para desenvolver um projeto nestes termos, que parte da incomum interseção entre as historiografias da independência e dos mundos do trabalho, surgiu do convite para a produção de uma série audiovisual temática produzida pelo Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LEHMT-UFRJ). O projeto se desenvolveu inicialmente como uma série de entrevistas que foram ao ar em meados de 2022 e que se encontram disponíveis no canal do YouTube do Laboratório.⁷ Os historiadores convidados para participar da série possuem profundos debates sobre independência, formação do Estado Nacional e história do trabalho a partir de diferentes perspectivas. As perguntas elaboradas para cada um giraram em torno da articulação entre a história da independência e dos trabalhadores a partir dos seus objetos de pesquisa. As respostas às nossas perguntas nos oferecem uma interessante perspectiva sobre o oitocentos, principalmente no que se refere à dinamicidade do processo político que resultou na independência política do Brasil em 1822.

Ao editarmos essas respostas em vídeos curtos, oferecemos um rico material que poderá ser consultado não apenas por estudantes e profissionais da história, mas por todos aqueles interessados nesse período da história nacional a partir dos de baixo. Ao fim, foram seis entrevistas que passaram

⁵ Beatriz Gallotti Mamigonian, *Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil* (São Paulo: Companhia das Letras, 2017). Sidney Chalhoub, *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. (São Paulo: Companhia das Letras, 2012). Edward Baptist, *A metade que nunca foi contada: a escravidão e a construção do capitalismo norte-americano* (Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2019).

⁶ Gladys Sabina Ribeiro, “O desejo da liberdade e a participação de homens livres pobres e ‘de cor’ na Independência do Brasil”. *Cadernos CEDES*, v. 22, n. 58, 2002. pp. 21-45.

⁷ <https://www.youtube.com/c/LEHMTUFRJ>

por cuidadosa transcrição e necessárias adaptações da linguagem falada para o formato de texto escrito. Os autores também incluíram sugestões de leitura no final de cada texto.

O texto que abre os debates foi escrito por Beatriz Mamigonian e aborda os debates sobre o fim do tráfico de escravos em interlocução com as negociações para a independência política do Brasil. Um ponto que a autora chama atenção é para a diversidade de trabalhadores (livres e escravizados) com interesses variados na participação das lutas independentistas. Ao mesmo tempo em que os projetos de independência envolviam diferentes possibilidades para o futuro da escravidão, que não deveria ser descartada de imediato, e para o uso da mão de obra-livre, distante de qualquer ideia de liberdade sonhada no final do século XIX. Seu texto indica como as reflexões sobre as primeiras décadas do Império mobilizam a temática da escravidão, da ilegalidade do tráfico e suas consequências, entre elas a ilegalidade da escravização de milhares de homens e mulheres e a produção das grandes fortunas do Império.

No texto seguinte, João Paulo Peixoto Costa nos instiga a pensar nas diferentes atuações dos povos indígenas para o contexto da independência e após o seu marco inicial de 1822. Os grupos indígenas estavam cientes das disputas políticas existentes entre Portugal e a América portuguesa e do peso da sua atuação para um dos lados. Inserir nas disputas políticas pela independência a atuação dos povos indígenas de diferentes localidades é essencial para entendermos a complexidade da formação do Estado Brasileiro e as dinâmicas operadas pelo Estado para o silenciamento e eliminação desses sujeitos da história do Brasil

A abordagem de Hendrik Kraay para a questão colocada sobre trabalhadores e independência foi dividida em alguns pontos. No primeiro, o autor mobiliza o cotidiano dos trabalhadores no pós-independência e o impacto desse processo para suas vidas no trabalho, principalmente em duas cidades-chaves para o Império: Salvador e Rio de Janeiro. O segundo ponto tratado é a respeito dos conflitos armados da independência e os serviços prestados, evidenciando o quanto que para a efetivação da independência foram necessárias batalhas envolvendo trabalhadores para o fornecimento de uma materialidade para o conflito. O agitado mundo dos impressos, onde as ideias em confronto ganhavam materialidade, foi abordado através das possibilidades de pesquisa sobre os trabalhadores das tipografias. Por fim, as mulheres aparecem na independência através de uma personagem, a marisqueira Maria Felipa, da Ilha de Itaparica (Bahia), local estratégico para a luta pela independência, e que tem nela o exemplo da participação das mulheres nas batalhas a partir dos seus próprios interesses.

Ao responder nossa pergunta sobre o lugar dos trabalhadores no processo de independência e em sua historiografia, a professora Adriana Barreto reflete sobre a história política, os trabalhadores e a memória construída para a independência que silenciou fatos e sujeitos, inserindo-os no guarda-chuva conceitual de “participação popular”. Barreto aborda esse universo amplo de trabalhadores sob a égide dos projetos de vida que alguns grupos acalentavam em uma linguagem de direitos cada vez mais difundida naquele período. A autora também reflete sobre estratificações raciais através dos movimentos que, em apoio a D. Pedro, ocuparam as ruas da Corte. São análise leva em consideração a chamada “questão de cor” os e ofícios desses sujeitos, inclusive pensando enquanto trabalhadores aqueles alistados nos serviços militares.

A memória da independência é mobilizada por Wlamyra Albuquerque ao tratar do dois de julho na Bahia e a participação das mulheres na independência, dando especial atenção ao emblemático caso de Maria Felipa. A festa do dois de julho possui um papel de rememorar e reafirmar a participação dos trabalhadores na independência, consolidada após inúmeros conflitos fartamente mencionados nos textos até aqui expostos.

Nossa coletânea de textos se encerra com a contribuição da professora Ynaê Lopes dos Santos, que trata da pluralidade dos trabalhadores na independência, com ênfase para a problemática da escravidão, que naqueles tempos foi essencial e serviu de alicerce para o Estado em construção. Sobre esse ponto a autora trata da Revolução do Haiti e seu ineditismo ao oferecer para o mundo atlântico a possibilidade de construção de uma República pelas mãos de homens e mulheres escravizados. O alastramento dessas ideias para o Brasil escravista era o grande temor das autoridades e senhores de escravos, ao mesmo tempo em que era ponderado pelos escravizados nas suas lutas por liberdade.

Os textos aqui reunidos são um aporte para o debate historiográfico não apenas sobre a independência, também constituem contribuição instigante para o universo oitocentista que a cada dia tem sido incorporado aos estudos acerca dos mundos do trabalho, com particular atenção à tentativa de matizar dicotomias rígidas que estabelecem uma acabada oposição entre trabalhadores livres e escravizados. Esse dossiê não seria possível sem a contribuição dos autores, que generosamente concederem entrevistas, revisaram os textos e fizeram sugestões de leitura, agradecemos imensamente a parceria nessa jornada. As entrevistas foram feitas e editadas com apoio do aluno da UFRJ Thompson Clímaco e da aluna Natália Gomes, a quem agradecemos muito, e transcrição de Júlia Silveira. Outro agradecimento especial é para o professor Paulo Fontes, coordenador do

Laboratório de Estudos de História do Mundos do Trabalho – UFRJ (LEHMT), que nos instigou a produzir a série, ressaltando a necessidade de inserir mais trabalhadores nas discussões sobre a independência e sua efeméride de 2022. A série e esse texto final foram feitos em parceria com o LEDDES – UERJ (Laboratório de estudos das diferenças e desigualdades sociais) e com o Conexões Atlânticas – PUC-Rio. Por fim, agradecemos o convite de Rossana Barragan para a publicação desse dossiê na *Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores*.

O tráfico de africanos e escravidão na formação do Estado Brasileiro

Beatriz Mamigonian

Articular a história da Independência com a história dos trabalhadores vai na contramão da discussão que temos tido nesse ano do Bicentenário, que tem contemplado bastante o tema da cidadania e menos o do trabalho e da escravidão em si. Penso que não podemos separar a Independência da discussão do tráfico ilegal e da expansão do trabalho compulsório.

Diferentes projetos de nação estavam em disputa no começo dos anos 1820. Os grupos de livres pobres e escravizados que participaram das lutas de Independência tinham preocupações próprias: as pessoas escravizadas queriam melhorar suas condições de vida e, possivelmente, alcançar liberdade; e as pessoas livres queriam melhorar suas condições de trabalho e alcançar a autonomia.

Essa diversidade dos trabalhadores precisa ser levada em consideração no debate; ela é entendida como central na discussão sobre a cidadania, mas a gente pode pensar também que esses trabalhadores fazem pressão sobre essas condições em que se vai discutir os novos termos da política. Nas expectativas de construção de uma nova nação, em que termos o trabalho vai ser colocado? A outra maneira de pensar o lugar do trabalho nesse debate é considerar que havia projetos para a escravidão. Que diferentes projetos para escravidão são esses? O José Bonifácio põe um na mesa, com a “Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura”, que propunha abolir gradualmente a escravidão e incorporar os libertos à nação por meio da pequena propriedade, e miscigenar portugueses, índios e descendentes de africanos. Só que o José Bonifácio foi afastado do jogo político com o fechamento da Assembleia Constituinte em 1823. Não estava no horizonte das classes proprietárias abrir mão da escravidão tão rápido. O projeto naquele momento era o da ampliação da escravidão. Desde a chegada da Corte portuguesa ao Brasil, em 1808, o tráfico de africanos ganhou impulso: foi aumentando o volume das importações — falando ali, do período entre 1808 e 1820. Na década de 1820 os desembarques anuais aumentariam ainda mais.

Outra maneira de colocar isso, pelo ponto de vista dos projetos para a nova nação, é pensar como a Coroa e, logo depois, o Estado monárquico lidava com a mão de obra livre que estava à sua disposição. O uso da mão de obra dos indígenas e dos africanos livres, o entendimento da melhor forma de



empregá-los, nos aponta para onde que Estado estava projetando, digamos assim, o trabalho. E essa análise é muito reveladora, porque o Estado estava projetando o trabalho compulsório. Existia o entendimento de que essas pessoas não podiam ser imediatamente livres e que elas precisavam cumprir um tempo de trabalho e trabalhar para terceiros, porque a autonomia não era desejável. Isso acontecia também com as pessoas recrutadas à força, os prisioneiros, enfim, existe um entendimento de que a população livre não devia e não podia desfrutar de autonomia.

A questão do tráfico já era importante em 1822. O comércio ao norte do Equador estava proibido por um acordo bilateral com a Inglaterra (1815), mas a rota Bahia-Costa da Mina continuava operando, com a proteção das autoridades locais. Ali se gestava um aprendizado da ilegalidade, de como lidar com os ingleses, como mostrou Paulo Oliveira de Jesus. E a Coroa, no Rio de Janeiro, não iria contrariar os negociantes de escravos. Uma vez independente, a primeira coisa que a diplomacia teve que fazer foi negociar um Tratado de reconhecimento da Independência (1825); e essa negociação se deu casada com o Tratado de abolição do tráfico (1826).

Quem estuda o tráfico mostra como o Estado monárquico estava muito vinculado aos comerciantes, grandes comerciantes, que eram os traficantes transatlânticos, portugueses e sediados no Brasil, e como a diplomacia estava prometendo uma coisa, mas internamente a Coroa não conseguia cumprir esses acordos.

Essa ilegalidade do tráfico, primeiro do tráfico do norte do Equador, depois de todo o tráfico a partir da proibição do Tratado de 1826, que entrou em vigor em 1830, acabou sendo muito estrutural à política brasileira do século XIX. Isso porque gerou essa duplicidade de atuação: com exceção de um breve período, na Regência, quando houve a tentativa de aplicar a lei de 1831, na maior parte do tempo o Estado geria a continuação do tráfico, fazendo uma fachada de repressão, e a diplomacia precisava negociar defesa, soberania e proteção aos seus interesses comerciais, sem dizer que esses interesses eram dos traficantes. Essa situação estava colocada na independência e marcou o século XIX inteiro e a estrutura do próprio Estado imperial.

A ilegalidade do tráfico é absolutamente central ao entendimento do Estado brasileiro no século XIX e marca a nossa leitura sobre a escravidão. Porque esse compromisso de proibição gerou, também, a lei nacional de 1831 — que teve a intenção de funcionar, ela não foi uma lei passada para inglês ver — significou um compromisso que produziu vínculos na legislação. A lei de 1831 remetia ao Código Criminal de 1830, artigo 179: todas as pessoas que incorressem no crime de trazer africanos serviam incriminados como escravizadores de gente livre (redução de pessoa livre em escravidão). Esta

situação impactou sobre a propriedade, porque passou a haver propriedade adquirida legitimamente e a propriedade adquirida por contrabando, que não foi propriamente formalizada mas acabou sendo reconhecida pelo Estado. Isso teve outras implicações, sendo a principal delas o fato de que os africanos crescentemente sabiam que tinham direito à liberdade e que podiam reivindicá-lo à Justiça. Quando abriu esse espaço para reivindicá-la, nos anos 1860, eles começaram a aparecer com esse tipo de demanda. A questão da ilegalidade do tráfico estava colocada lá na Independência e não foi resolvida em momento nenhum, na verdade não resolvida até hoje, porque não chegamos a reconhecer plenamente essa ilegalidade, o peso dessa ilegalidade na História do Brasil, e da constituição da propriedade, da constituição das fortunas.

O tráfico ilegal no século XIX brasileiro trouxe dois milhões de pessoas, sendo quase um milhão dessas trazidas na clandestinidade. É um volume imenso, e se pensarmos nos seus filhos e netos também escravizados, podemos entender porque muitos abolicionistas radicais dos anos 1880 diziam que a propriedade em pessoas escravizadas já não era mais legal àquela altura. Essa ilegalidade deixou tudo com uma camada de complexidade para nossa análise, mas o que é mais importante, uma camada de sofrimento para as pessoas envolvidas, com implicações muito maiores, e atuais.

Sugestões de leitura:

Jesus, Paulo César Oliveira de. *Mantendo o curso: restrições, subterfúgios e comércio da escravatura na Bahia (1810-1817)*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2017.

Mamigonian, Beatriz. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017

Mamigonian, Beatriz. *Tráfico de escravos, africanos livres e trabalho compulsório ou os silêncios na história da Independência*. In: Wilma Peres Costa e Têlio Cravo (org.), *Independência: memória e historiografia*. SP: Edições do SESC/Biblioteca Mindlin, 2022.

Verger, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. Trad. Tasso Gadzanis. São Paulo: Corrupio, 1987.

Os indígenas e os mundos do trabalho

João Paulo Peixoto Costa

A Independência não se deu apenas por meio de uma canetada de meia dúzia de governantes a partir da sede do Império que se fundava. Foi um processo realizado principalmente por adesões e aclamações populares que ocorreram nas províncias e nas vilas. Diferentes povos indígenas estiveram presentes e participaram desses movimentos. O que quer dizer que o processo de Independência não foi a concretização de um projeto único, mas consequência de um campo de disputas em que estiveram presentes diferentes projetos. De fato, boa parte desses projetos, inclusive, os encampados pelos indígenas, não triunfaram. Mas fizeram parte da arena de disputas, estabeleceram pressão. O país que se constituiu em seguida foi resultado da dinâmica de interação entre essas forças.

Uma maneira de entender ou, pelo menos, conhecer e se aproximar desses povos, é refletindo em torno das abrangentes categorizações que os classificaram em dois grupos: os integrados e os não integrados à sociedade colonial portuguesa. Faço questão de destacar que cada um desses grandes grupos era bastante heterogêneo e essa fronteira nunca foi muito clara.

Em relação aos grupos integrados sou habitualmente questionado: “eles sabiam o que estava acontecendo?”, “Eles sabiam mesmo o que é que estava se passando em Lisboa e no Rio de Janeiro, ou nas outras sedes políticas da América portuguesa?”. E a minha resposta é “sim”. É possível dizer que eles acompanharam tudo. Mas isso se dava a partir de uma diversidade de condições condizentes com a própria pluralidade dos modos de vida desses povos. Alguns submetidos ao Diretório dos Índios, ainda vigente em alguns lugares. Outros submetidos à Carta Régia de 1798 — para povos que a rigor não eram mais tutelados mas sofriam com uma série de coerções para o trabalho e coerções militares. Mas todos faziam suas leituras da situação política porque seus destinos também estavam em jogo. O que uma série de pesquisas recentes indicam é que os indígenas perceberam nesse momento de advento liberal, de constitucionalismo e, logo depois, de emancipação política brasileira, uma oportunidade de ampliação das suas prerrogativas. Leram o momento como fecundo para a afirmação de suas capacidades, para afirmar que eram cidadãos, inclusive, cidadãos iguais aos demais não indígenas. E que, além de livres, também queriam se livrar da tutela e superar a discriminação que ainda os compreendia como entes sociais incapazes.



“Então participaram de que forma?”. De muitas maneiras: nas ruas, em motins, em tumultos, em rebeliões, envolvidos em escaramuças e negociações, provocando tumultos e rebeliões. Através dos recrutamentos militares e mesmo através das armas, atuaram em prol de seus interesses. No caso que eu estudo mais especificamente, atuaram também nas Câmaras Municipais das ainda existentes Vilas de Índios, nas regiões onde ainda se aplicava o Diretório dos Índios.

Então, é possível afirmar que essa participação foi muito ampla, ainda que possamos perceber muitas semelhanças em um quadro geral. Há algo de generalização em minhas afirmações, afinal o campo é ainda pouco explorado e possui enorme potencial pela frente, tendo em vista que a historiografia nunca se preocupou em se perguntar a respeito dessa participação.

A criação do Estado brasileiro na década de 1820 se deu com a conformação de uma comunidade de cidadãos. A atribuição de cidadania, no entanto, aconteceu através de parâmetros desiguais, notadamente marcada por aquilo que Sidney Chalhoub definiu nos termos de uma cidadania precarizada com suas distinções para libertos, africanos e, o que podemos observar, também para os indígenas. Esse aspecto vai surtir impacto em dimensões variadas da vida dos indígenas, mas em especial em relação à exploração de sua mão de obra. O momento pode ser compreendido em um processo que se liga ao estabelecimento da primeira legislação indigenista nacional do Brasil, o Regulamento das Missões, criado em 1845. O estatuto diferenciado de cidadania possibilitou a criação de um regulamento que ensejava a reunião de indígenas em Diretorias, isso é, em aldeamentos. Os aldeados eram obrigados ao trabalho; condição que facilitava a escravização de indígenas. O professor Márcio Couto se dedicou a entender essas questões com o olhar voltado para o Pará, suas pesquisas mostram a recorrência de casos de escravização ilegal e indicam como essas políticas instituíram uma condição de insegurança para os indígenas em relação a manutenção e garantia sobre seus domínios tradicionais em litígios sobre posse de terra.

Voltando para o contexto da Constituição, é importante afirmar que a Carta de 1824 não menciona os indígenas. O que não significa dizer que não eram cidadãos, porque, segundo a Constituição, eram cidadãos brasileiros os nascidos no Brasil e que eram livres. Nesse aspecto, os indígenas integrados à então sociedade colonial portuguesa, e agora nacional brasileira, eram livres e nascidos aqui, cidadãos eram. A questão é o que significava ser um cidadão e, em especial, um cidadão indígena. Eu penso que, se uma Constituição não menciona grupos étnicos, então ela parte do princípio de que esses grupos étnicos não têm condições ou prerrogativas que o diferenciem de outros grupos. Consequentemente não têm também direitos especiais, específicos em relação a outros grupos, como o Diretório garantia até então.

Nesse sentido, em um período relativamente curto após o estabelecimento das normas constitucionais, a documentação deixa de noticiar os indígenas na condição de vereadores. Isso é, eles já perdem seus cargos políticos e seus espaços de representação e de atuação política para suas comunidades. No início da década de 1830, o Diretório é abolido, então se perde também a garantia de manutenção da terra, seja por meio da proteção com seus vereadores e juizes, seja aquilo que o Diretório previa, de fato, a respeito da terra.

Em 1831 também é criada a Guarda Nacional e são abolidas as antigas tropas de Ordenanças. Assim, entre 1828 e 1831 há grande perda de direitos e garantias, isso implica em mudanças quanto à questão da mão de obra. Em primeiro lugar, o que se pretendeu com essa mudança foi o acesso à terra dessas pessoas, que muitas vezes se dispersaram, e que ainda que com o fim do Diretório passaram a estar à própria sorte, inclusive sendo absorvidos para o trabalho em terras de grandes proprietários — mas mesmo esses proprietários passaram a relatar uma dificuldade muito grande de acessar essa mão de obra, que havia se tornado bastante escassa.

Em muitos lugares, já na primeira metade do XIX, podem ser notados o fim dos aldeamentos e a criação de discurso de extinção dos indígenas. No Piauí, em 1835, já se falava de indígenas extintos em antigos aldeamentos. Em 1863, se difundiu a notícia de que já não havia mais indígenas no território do Ceará, ali a extinção dos aldeamentos já vinha acontecendo desde a década de 1830. Esse é a face mais visível do processo, ou da tentativa, de transformação de indígenas em um campesinato pobre com cidadania precarizada, que pudesse ser facilmente acessada enquanto mão de obra, e que não fosse mais proprietário de terra.

A luta dos indígenas no contexto da Independência, ou seja, o seu projeto de cidadania e de país, a causa brasílica como eles chamavam na época, era voltada a uma cidadania que os tornasse iguais, e que não os submetesse mais ao trabalho compulsório ou à condição de tutela. Ocorreu o contrário. Para muitos indígenas o processo que se seguiu a independência se deu no esteio de um discurso voltado à sua extinção e conseqüente espoliação de terras, sofreram assim ofensivas de diluição em meio a um campesinato pobre que era submetido a cadeias de coerção para o trabalho. Outros indígenas que restaram sob a égide do regulamento das Missões, viveram nas Diretorias de índios ou pequenas propriedades, mas submetidos a diversas formas de trabalho compulsório, e ainda tutelados. Houve ainda casos de escravidão ilegal indígena, expediente que foi relevante e volumoso, mas pouquíssimo estudada. Eram grupos não integrados, ou não aldeados. Muitos sofreram com o avanço da lavoura, vitimados por ofensivas bélicas sobre suas terras. Os que sobreviveram e não conseguiram fugir foram escravizados ou

incorporados ao sistema produtivo sob outras formas de coerção para o trabalho.

Essas reflexões na encruzilhada dos mundos do trabalho, da independência e da história dos indígenas são originais e fundamentais para a nossa compreensão do Brasil. A articulação destes temas revolve estruturas fundamentais da nossa compreensão de país, algo que remonta a uma clássica frase de John Monteiro que, de modo visionário, já vaticinava: “quando a historiografia parar para se preocupar com os indígenas na História, páginas inteiras da história do Brasil terão que ser reescritas”.

Sugestões de Leitura

Chalhoub, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Costa, João Paulo Peixoto. *Na lei e na guerra: políticas indígenas e indigenistas no Ceará (1798-1845)*. Teresina: EDUFPI, 2018.

Henrique, Márcio Couto. *Sem Vieira nem Pombal: índios na Amazônia do século XIX*. 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

Monteiro, John Manuel. “O desafio da história indígena no Brasil”. In: Aracy Lopes da Silva e Luís Donizete Benzi Grupioni, *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília, DF: MEC: MARI: UNESCO, 1995. p. 221-228.

Trabalhadores pós-independência: homens e mulheres negros, serviço militar e tipógrafos

Hendrik Kraay

De que maneiras podemos articular a história da independência com as histórias dos trabalhadores? A pergunta, apesar de simples e breve, não admite resposta curta, pois há muitos níveis em que a história da Independência pode ser articulada com a história dos trabalhadores. Não estamos diante de uma classe operária, no sentido marxista. O Brasil do Oitocentos era uma sociedade escravista, do Antigo Regime, e os trabalhadores seriam afetados pelo processo da Independência, bem como participaram dele de formas bem diversas.

Mundos do Trabalho pós Independência

A historiografia recente da Independência, que aborda a política como um campo relativamente autônomo, raramente toca nas questões relacionadas à história do trabalho e às histórias dos trabalhadores. Mas posso sugerir algumas hipóteses, algumas abordagens que ainda poderiam ser desenvolvidas. Talvez o mais óbvio é que para muitos, provavelmente a maioria, dos trabalhadores brasileiros, a Independência não mudou muita coisa no seu trabalho. A grande maioria dos escravos rurais e urbanos, vai continuar na sua labuta diária, mesmo em Salvador e no Recôncavo da Baía de Todos os Santos, o palco do maior conflito armado da Independência. Devemos reconhecer que, apesar das fugas, das conspirações, das revoltas, do recrutamento de algumas centenas de escravos para o Exército Pacificador, e apesar dos temores dos senhores quanto à repetição da Revolução Haitiana, a maioria dos escravizados continuaram os trabalhos diários, e o mesmo valia para os livres, pobres, roceiros, vendedores, ambulantes etc. Então, uma primeira resposta seria: bem, a Independência não mudou muita coisa, porque todo mundo tinha que continuar seus trabalhos pra sobreviver.

O segundo ponto é que parece que relativamente poucos brasileiros formularam suas reivindicações da época da Independência em termos trabalhistas — o que seria também um conceito anacrônico; mas poderia lembrar alguns exemplos, os indígenas das aldeias do norte usaram a retórica constitucional para rejeitar a obrigação de prestar serviços, através da milícia e das ordenanças, serviços que incluíam o trabalho braçal em obras públicas. Então o serviço militar era uma questão de trabalho.



Outro exemplo interessante é que, em 1832, pouco depois da Independência, afirmava-se, no Rio de Janeiro, que os mulatos e pretos que lutaram pela independência na Bahia, o faziam “na esperança de que restituídos aos foros de homens pudessem pretender mais alguma coisa que não fosse mestre alfaiate, carpinteiro ou pedreiro”. A afirmação talvez tenha mais a ver com a questão mais ampla de mobilidade social, mas ela destaca a presença importante desses homens de cor em ofícios caracteristicamente urbanos.

Salvador, palco de lutas violentas em fevereiro de 1822, seguido pelo assédio das forças patriotas de meados de 1822 a 2 de julho de 1823 foi, sem dúvida, a cidade brasileira mais afetada pelas lutas. Por exemplo, os artesãos que viviam do suprimento de produtos de luxo para as classes abastadas, ou para as instituições religiosas, os alfaiates, os entalhadores, os ourives etc. Imagino que as incertezas dessa época devem ter reduzido bruscamente o mercado para seus produtos. Os ricos também tiveram que fazer economias nessa época de incertezas.

As mulheres e os homens que trabalhavam no comércio ambulante, livres, libertos e escravos, que vendiam comes e bebes nas ruas e para as casas, devem ter sentido muito a escassez de víveres à medida que se estreitava o sítio à cidade. Da mesma forma, os que trabalhavam no transporte de víveres, sejam os condutores de gado do Sertão, sejam os marinheiros dos saveiros que levavam farinha de mandioca, frutas, hortaliças, galinhas etc., do Recôncavo e do Litoral Sul, para a cidade. Eles podiam ganhar bem se conseguissem furar o bloqueio patriota, mas também corriam o risco de perder toda a carga. Com o aumento de preços, havia oportunidade para os produtores, o que implicava mais trabalho para os seus escravos.

Conflitos armados e serviço militar no Oitocentos

Outro aspecto desse processo da Independência é que a guerra, as demandas militares, tanto do lado português como do lado brasileiro, abriram novas possibilidades para os trabalhadores. Os arsenais de guerra trabalhavam a todo vapor na fabricação e no conserto de material bélico, tanto em Salvador como no Recôncavo, bem como no Rio de Janeiro, onde se organizava tropas para serem enviadas para Bahia, e onde se aprontaram navios para o bloqueio naval. Em Salvador havia muito trabalho a fazer para fortificar a cidade.

O serviço militar, propriamente dito, também pode ser considerado uma forma de trabalho, mal pago, meio forçado, mas as Forças Armadas eram espaços onde homens pobres podiam ganhar a vida. Em torno das unidades militares havia toda uma economia informal de suprimento e de apoio raramente registrada pela administração militar, e muito pouco estudada,

mas é um outro espaço que expandiu muito com a mobilização patriota e, também, com o crescimento do efetivo das forças portuguesas na cidade de Salvador.

Trabalhadores e a indústria tipográfica

Outro elemento interessante é que, como muitos lembraram, nesses anos da Independência houve a notável expansão de um espaço público através de um enorme número de panfletos que circulavam, e de periódicos, recentemente analisados por Lúcia Bastos, Marcello Basile e José Murilo de Carvalho.

A historiografia da Independência, com razão, focaliza as ideias discutidas nesses impressos, mas atrás dessa guerra de periódicos, havia a expansão de toda uma indústria tipográfica, em que trabalhavam tipógrafos e trabalhadores braçais — livres, libertos e escravos — que manejavam as pesadas máquinas tipográficas. Então, basicamente uma nova indústria, novos trabalhos, novas formas de trabalhar.

Para um período um pouco posterior, em meados do século XIX, Rodrigo Camargo de Godói oferece algumas indicações bastante interessante sobre as tipografias cariocas, onde trabalhavam africanos, europeus e brasileiros em um espaço bastante interessante culturalmente, dentro das tipografias

Agência feminina no processo de independência

Para pensar a conexão entre a Independência e a história dos trabalhadores, o caso de Maria Felipa é bastante interessante, pois ela foi inventada como heroína da Independência nos últimos quinze anos (que por isso também é importante [como exemplo de como tem mudado a compreensão da Independência]). Mas, quanto às questões do trabalho, a única fonte para a história dela é um livro sobre o folclore itaparicano, de Ubaldo Osório, que registra que essa mulher crioula, aparentemente marisqueira, apresentou-se como voluntária e fez proezas na defesa da Ilha contra um ataque dos portugueses. A Ilha de Itaparica fica do outro lado da baía, face à cidade de Salvador, e foi um ponto estratégico importante. Os portugueses várias vezes atacaram e tentaram tomar a Ilha. Enfim, ela, a Maria Felipa, participou da defesa da ilha e a história dessa participação militar dela não é inverossímil. O cônsul britânico, aliás, registrou que ouviu falar da participação feminina na defesa da ilha. E tem outro exemplo mais, muito mais conhecido, de Maria Quitéria de Jesus, que entrou no Exército, [serviu como soldado, e foi depois da guerra agraciada por D. Pedro I com uma pensão de alferes].

Bem, até essa altura, o que eu falei da história da Maria Felipa é a de uma patriota, no jeito que Ubaldo Osório conta a história dela. Uma patriota defensora da casa, da sua casa, da sua vila, contra os portugueses. Mas no resto do trecho [sobre ela] nessas memórias folcloristas sobre a Ilha de Itaparica, Ubaldo Osório conta que durante a solenidade do hasteamento da nova bandeira brasileira, a Maria Felipa e “suas legionárias” invadiram uma armação de pesca, espancaram o vigia e cantaram um hino anti-lusitano. Não é difícil imaginar que os interesses econômicos do dono da armação se chocavam com os interesses das mulheres marisqueiras e pescadoras. E que Maria Felipa e suas companheiras de trabalho aproveitaram a solenidade, e o anti-lusitanismo da época, para acertar contas com esse português.

Sugestões para leitura:

Farias, Eny Kleyde Vasconcelos. *Maria Felipa de Oliveira: heroína da Independência da Bahia*. Salvador: Quarteto, 2010.

Godoi, Rodrigo Camargo de. *Um editor no Império: Francisco de Paula Brito (1809-1861)*. São Paulo: EdUSP, 2016.

Graham, Richard. *Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860)*. Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Kraay, Hendrik. *Política racial, Estado e forças armadas na época da Independência: Bahia, 1790-1850*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Hucitec, 2011.

Trabalhadores, militares e “povo” no processo de independência

Adriana Barreto

Se consolidou, também, uma determinada narrativa sobre os fatos do 1822, que fundou uma memória e uma memória que desqualificou e silenciou atores, expectativas e promessas — aqui é importante destacar as promessas, porque foram promessas feitas por Dom Pedro no calor dos acontecimentos, em praça pública, para conseguir a adesão da população. Além disso, silenciou também as lutas que viabilizaram a própria Independência do Brasil.

Não tenho a menor dúvida de que os trabalhadores foram agentes ativos no processo de independência. Mas acredito que essa é ainda uma chave pouco explorada pela historiografia. Por isso, a pergunta é boa, ela é propositiva. Esses grandes eventos tradicionalmente foram pensados a partir da história política. Na verdade, de uma perspectiva da política, entendida como esfera da política, que remete em geral a grupos e espaços formalizados. No contexto da Independência, seria a Corte Imperial com suas instituições e os grupos denominados “grupos de pressão”, naquela época mais organizados em torno da imprensa.

Participação popular no processo de independência

Talvez, em função da força dessa abordagem, a questão se colocou mais em termos de participação popular e não de trabalhadores. A produção historiográfica sobre a participação popular nos vários processos de independência é enorme. E esse é um ponto importante, que vale destacar: cada capitania teve um processo, viveu processos particulares, e só posteriormente a gente denominou o conjunto de “independência do Brasil”. A produção historiográfica sobre esses vários processos é enorme e muito qualificada, especialmente se a gente considera a produção das duas últimas décadas.

Em artigo que se tornou clássico, “O jogo duro do dois de julho”, João José Reis afirma que a independência liberou energias coletivas. Eu gosto muito de pensar essa liberação de energias coletivas articulando independência e constitucionalismo. O constitucionalismo, à época, foi uma ideia revolucionária. Ele fez circular — e não apenas entre a elite letrada, como por muito tempo se pensou — ideias como liberdade, direitos, representação política, soberania popular... e, a partir disso, cultivou muitas expectativas



em muitas pessoas. Cultivou em homens e mulheres o desejo de transformarem seus destinos.

André Machado, por exemplo, mostra toda a movimentação dos Tapuios, os indígenas destribalizados, no processo de independência do Pará. Hendrik Kraay fez isso mostrando a mobilização de cabras, pardos e crioulos na Bahia. Matthias Assunção analisa a atuação dos caboclos no Maranhão. Ele, no caso, já imprime uma outra abordagem, dá um outro enfoque, avançando em termos dos Mundos do Trabalho. Matthias [Assunção] identificou esses caboclos como camponeses. Na verdade, ele inclusive se dedica a mostrar como a existência desse camponariado foi por muito tempo invisibilizada pela historiografia.

Gladys Ribeiro avança ainda mais nessa perspectiva. Ela analisa a atuação política dos imigrantes pobres portugueses e a disputa entre esses e os homens pardos e pretos, livres e libertos, pelo mercado de trabalho no Rio de Janeiro na década de 1820. Ou seja, esses populares das lutas pela independência são trabalhadores. Não há dúvidas disso...

Trabalhadores, milícias e hierarquias dos Mundos do Trabalho pós 1822

A princípio, por exemplo, parece banal afirmar que homens e mulheres escravizados, pretos e pardos, livres e libertos, brancos pobres, indígenas, tanto quanto a elite, viviam nas mesmas cidades. Porém, ter isso em mente quando nós estamos analisando documentos sobre funcionamento das instituições, faz toda diferença, especialmente momentos de grandes transformações políticas. Se, por um lado, como foi largamente mostrado pela historiografia, em 1822 não há reformas institucionais significativas, as instituições seguem sendo as mesmas do período joanino — e posso dizer que isso é uma verdade absoluta pras forças militares, por exemplo — por outro lado, o retorno de uma parte expressiva da elite para Portugal, junto com Dom João, e a necessidade de Dom Pedro, como príncipe regente, de fazer alianças e ampliar sua base política, forçou uma reconfiguração interna das instituições. Só pra vocês terem uma ideia, após Dom Pedro declarar em janeiro de 1822 que ficava no Brasil, fato conhecido como Dia do Fico, para enfrentar as tropas portuguesas que se amotinaram no Centro do Rio de Janeiro exigindo seu retorno para Portugal, cerca de dez mil pessoas ocuparam o Campo de Santana com armas em punho para defender a permanência do príncipe na cidade. Dez mil pessoas em praça pública em 1822 é muita gente. Mesmo que haja aí um certo exagero e tenha sido 7 ou 8 mil pessoas, ainda assim, o número é muito alto. E, geralmente, essas pessoas são identificadas, na documentação e nos textos historiográficos,

simplesmente como militares, ou como tropa e povo. O que acarreta muitos problemas para gente... Esse grande sujeito coletivo vira um enigma para nós, historiadores.

Quando a gente avança na pesquisa, é possível perceber que, seja como parte da tropa efetiva ou como povo, logo de início, a gente está falando de uma população racialmente muito bem definida. Povo em uma cidade onde a população de escravizados é enorme e que, se somada à população de homens e mulheres livres e libertos, a gente chega a um índice perto de 60% da população. 60% de pretos e pardos, africanos e seus descendentes. Não à toa, os viajantes, quando chegavam ao Rio de Janeiro, ficavam surpresos e descreviam suas ruas como tomada por uma multidão de pretos.

Outro ponto importante é: por que, mesmo quando eu falo em tropas, posso afirmar que ali estão populares? Simplesmente porque o efetivo do exército, que era a tropa remunerada, era muito reduzido. Na defesa de Dom Pedro, eles não chegavam a dois mil homens. A força militar de peso — e isso não era só aqui no Rio de Janeiro, nem muito menos só nas capitânicas da América portuguesa, era comum em toda a América, incluída aí a América espanhola — eram as milícias. As milícias na época eram as tropas não-remuneradas, uniformizadas, armadas e treinadas por lideranças locais. Homens que tinham seus ofícios, que lhe garantiam o sustento, e dedicavam algumas horas de sua semana para o serviço real, um serviço absolutamente gratuito. Ou seja, de quem estamos falando...

Essas milícias eram segregadas por cor. Havia os regimentos de brancos, pretos e pardos. Minha atual pesquisa é sobre o Regimento de Milícias de Homens Pardos do Rio de Janeiro. Em uma última sistematização de dados que fiz, nas suas fileiras, encontrei carpinteiros, alfaiates, escreventes, lavradores, administradores de obras, sapateiros, ourives... um leque de ofícios bastante variado. Todos eles são o que? Trabalhadores.

Lutas populares, formação da guarda nacional e silenciamentos no contexto da Independência

Quando essa multidão decidiu engajar suas vidas no que era considerada a “Causa do Fico” e depois na própria Independência, certamente assim o fizeram a partir de uma avaliação, porque viram nesses eventos uma oportunidade para alcançar os seus próprios objetivos.

Em alguns casos, há mesmo uma tradição familiar de luta, de engajamento, para conseguir realizar algumas de suas demandas. Em 1831, após a abdicação de Dom Pedro I, os liberais que assumiram a regência do Império

extinguiram as milícias. Argumentavam que se tratava de uma instituição arcaica, que segregava os regimentos pela cor das pessoas. Aí eles acionavam uma gramática liberal, afirmando exatamente a igualdade entre todos os cidadãos. A ironia é que, com esse discurso, com essa retórica, extinguiram as milícias e criaram a Guarda Nacional. Uma força militar que, em 1832, no ano seguinte a sua criação, fechou o acesso dos libertos aos postos da oficialidade; e ainda condicionou a promoção na carreira (essa que tinha sido objeto de luta de gerações anteriores) a uma renda mensal de quatrocentos mil réis nas principais capitais do Brasil. Então, aquilo que tinha sido uma possibilidade que se configurava como um meio de ascensão social, uma das poucas instituições que aceitavam “homens de cor”... desapareceu.

Sugestões de leitura

Assunção, Matthias Röhrig. *De caboclos a bem-te-vis: formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão, 1800-1850*. São Paulo: Annablume, 2015.

Kraay, Hendrik. *Política racial, Estado e Forças Armadas na época da independência: Bahia, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2011.

Machado, André. *A quebra da mola real das sociedades: a crise política do antigo regime português na província do Grão-Pará (1821-1825)*. São Paulo: Hucitec, 2010.

Ribeiro, Gladys. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. RJ: Relume-Dumará, 2002.

Souza, Adriana Barreto. “Honrosos cidadãos ou vadios? Guerra, conflitos sociais e lutas por direitos nas fileiras militares. Rio de Janeiro, 1820-1831”. *Almanack*, v. 31, p. 1-36, 2022.

Os contrastes entre o Sete de Setembro e o Dois de Julho

Wlamyra Albuquerque

O Dois de Julho é uma festa que lida com a memória popular e põe em confronto a própria história da independência. A memória popular e os fatos ocorridos lá no começo do Império são colocados em teso diálogo, ela é mais dinâmica no sentido de absorver algumas demandas que são dadas para a sociedade contemporânea.

Este aspecto é principalmente visível em relação a presença de mulheres, principalmente de mulheres negras, no panteão da Independência. Se trata de uma demanda recente que foi sendo inventada ao longo das últimas décadas do século XX, incorporando e dando destaque a heroínas negras no processo de independência no século XXI. Maria Felipa figura como exemplo mais emblemático. Ainda que nenhum tipo de vestígio sobre a personagem tenha sido encontrado pelos vários pesquisadores que se dedicaram a investigar os rastros de sua vida em documentação primária, ela é uma personagem absolutamente plausível se a gente considera a importância das mulheres nas lutas sociais. E aí o fato dela ter agora um corpo, um rosto, uma participação no desfile, diz respeito à própria dinâmica da festa que reinventa essa história e, ao contrário, e ao invés de automatizar as referências que são dadas por uma historiografia já consolidada, como faz o Sete de Setembro, o Dois de Julho incorpora demandas. Já que há hoje uma demanda muito grande para que se confira visibilidade sobre o papel das mulheres, especialmente das mulheres negras, nessas lutas sociais, então a festa faz isso. A festa traz para o primeiro plano esses personagens assim, que existem independente dos vestígios documentais, dos registros em fontes históricas. A gente não encontra as pegadas da Maria Felipa na areia de Itaparica durante as lutas pela Independência, mas a gente sabe que é uma personagem plausível, e é hoje uma personagem muito importante no processo de construção dessa memória nacional.

Trabalhadores, Dois de Julho e as lutas populares no processo de Independência

O Dois de Julho é uma forma de rememorar e afirmar a participação dos trabalhadores no processo de construção da Independência. E, a mim parece que mais importante é mostrar como essa população, esses trabalhadores e trabalhadoras vão construindo e têm construído ao longo desses séculos, não



só noções sobre o que que é a independência nacional, o que que é pertencer a uma nação, mas também noções sobre o que que é liberdade.

Isso de ficar mexendo com esse sentido que não é o sentido abstrato do que que é a liberdade é uma engenhosidade intermitente. De como a liberdade pode ser conferida como ela pode ser confirmada, como ela pode ser vivida no dia a dia, é o que faz o Dois de Julho uma festa tão singular e tão relevante na própria constituição dessa ideia de pertencimento nacional que é feito na Bahia.

Então eu acho que os trabalhadores e as trabalhadoras, como são demandados para pensar o tempo todo sobre os limites da sua liberdade, sobre os desejos de liberdade, sobre as formas de ser brasileiro e brasileira, tomaram conta da festa. Eles constroem a festa no sentido de marcar essa sua presença na própria nação. É um exercício cívico-popular fundamental para a própria manutenção dessa ideia de pertencer a esse país.

Sugestões de leitura

Albuquerque, Wlamyra. *Algazarra nas ruas. Comemorações da Independência na Bahia (1889-1923)*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

Kraay, Hendrik. *Bahia's Independence: Popular Politics and Patriotic Festival in Salvador, Brazil, 1824-1900*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2019.

Escravidão, revoltas e independência do Brasil

Ynaê Lopes dos Santos

Uma nova forma de pensar a história nacional brasileira é por meio da história do trabalho e dos trabalhadores na sua pluralidade. Nesse caso, a pluralidade nesse momento [independência] é muito marcada pela escravidão. O cerne da questão é: pensar que a construção do Estado nacional brasileiro não começa no sete de setembro, não termina no sete de setembro. E que a história brasileira é, e continua sendo, uma história muito pautada pelas forças populares, pelas forças dos trabalhadores desse país.

É possível pensar a participação de trabalhadores no processo de independência se trabalharmos com as pluralidades. Tomemos a independência como um grande processo, que tem o sete de setembro como um momento importante, mas não o único, com ampla participação trabalhadores— que nesse período da história brasileira era marcada pela forte presença da escravidão que foi um dos alicerces da construção do Estado nacional brasileiro.

A pluralidade de agentes no processo de independência

Para pensar no processo de independência do Brasil, temos que retomar, pelo menos, a chegada da família real em 1808, e a ampliação da força trabalhadora nesse período, quer seja dos trabalhadores escravizados, mas também dos libertos e aqueles que já nasciam livres (muitos deles negros ou chamados pardos), mas outros tantos pobres e brancos que estão também vivenciando esse momento de transformações políticas. Então, também acompanhando os processos, que estão se dando tanto em escala global, mas também em escala regional e local e, por outro lado, pensar com mais relevo, nesse processo que se dá depois do sete de setembro. Ou seja, os processos, as guerras de independência, que efetivam a soberania nacional brasileira.

Se a gente tomar nesse diapasão, nós temos uma forte participação popular que é, na verdade, o que dá a tônica para essa vitória das forças brasileiras, agora, recém-nascidas brasileiras, sobre as tropas portuguesas. Por mais que a gente tenha uma oligarquia das elites provinciais, que nesse momento estão articulando os projetos políticos, com a força de Dom Pedro I, também é preciso sublinhar que nessas localidades e grandes regiões brasileiras, existiu uma forte atuação popular — que é plural e é diferente, a depender de que região do país se esteja falando —, e que teve papel fundamental no processo



de expulsão dos portugueses, se intensificando nos anos anteriores a 1822 e nos anos subsequentes, e criando esse sentimento de brasilidade, que está em construção mas que já tem uma herança, , uma certa raiz, e que vai se ressignificando durante esse processo.

A relação entre revolução haitiana e independência do Brasil

[Revolução do Haiti] Que foi um fenômeno que, sem sombra de dúvida, teve repercussões na história brasileira, tanto no início do século XIX e a vinda da família real, mas também no processo de independência do Brasil na década de 1820. Podemos pensar em dois caminhos para essa presença do Haiti. Por um lado, nas primeiras décadas do século XIX — isso vem sendo trabalhado muito pelo professor João José Reis há bastante tempo — temos uma série de levantes de escravizados que estão diálogo com aquilo que foi o ineditismo que o Haiti significou pra toda a Modernidade, para todo o Mundo Atlântico: que é a construção de uma República feita pela mão de homens e mulheres que eram escravizados, aboliram a escravidão e construíram essa república, que é a segunda das Américas — revelando, assim, não só as violências do Antigo Regime, mas também as violências e a estruturação racial desse mesmo Antigo Regime.

Esses movimentos e sublevações de escravizados que aconteceram de forma sistemática nas primeiras décadas do século XIX, em certa medida, estão diálogo com o que o Haiti poderia representar. O Haiti é uma realidade que acaba sendo conhecida pelos escravizados aqui no Brasil, e que para alguns podem até servir como modelo, como o Mestre Divino em Pernambuco (episódio um pouco posterior na história brasileira em meados da década de 1840). Nas minhas pesquisas do Mestrado, se não me engano, em 1810, encontrei um documento no qual um escravizado começou a berrar pelas ruas do Rio de Janeiro que ele mataria todos os brancos, que os seus irmãos negros chegariam, numa alusão direta ao Haiti. Ele é pego pelas autoridades, preso e morto logo em seguida, para que as autoridades brasileiras deixassem bem evidente qual era o castigo para qualquer tipo de tentativa de sublevação *à la* o que aconteceu com o Haiti.

Ao mesmo tempo, a Revolução do Haiti é também tomada como um paradigma do que não deveria ser feito por parte das classes dirigentes, inclusive do Brasil. De certa maneira, o Brasil já tinha desde o período colonial uma tradição, por parte dessas oligarquias, de criar mecanismos que dificultassem uma aproximação entre os escravizados africanos e suas múltiplas origens. Tomemos como exemplo, o fato da compra de africanos de diferentes regiões do continente ter sido uma prática ensinada de pai para

filho - sobretudo entre os grandes proprietários -, justamente para dificultar possíveis insurreições de escravizados. E, além disso, o Brasil fez da carta de alforria uma espécie de válvula de escape —, quando eu digo “o Brasil fez”, estou me referindo aos órgãos que estavam administrando o Brasil — desde o período colonial, e essa aprendizagem vai ser ressignificada durante o processo de construção do Estado nacional brasileiro. O que significa dizer que o Brasil tem um dos maiores índices de alforria do continente americano — isso, se comparado ao número de homens e mulheres na condição de escravizado, é muito baixo, entre 1 a 3% do total da população escravizada consegue obter a sua alforria seja por compra, seja por decisão senhoria; mas, se comparada a outras localidades do continente americano, esse percentual é significativo.

Isso mostra uma opção que essa elite dirigente brasileira fez, em mostrar para esses escravizados — fossem africanos, fossem nascidos aqui no Brasil — que a liberdade estava no horizonte de expectativas desses homens e dessas mulheres. Isso, é bom reforçar, não significa dizer que um número significativo de homens e mulheres escravizados tenham conseguido comprar alforria. O percentual é baixo e a imensa maioria dos homens e mulheres que nascem na condição de escravizados ou que chegam aqui do continente africano nessa condição morrem como escravizados. Mas quando você tem uma dinâmica social, que ainda não estava sendo legislada da forma correta, mas que tinha uma longa tradição para obtenção de alforria (uma lei costumeira), o que nós temos é uma possibilidade de conseguir a liberdade sem, em última instância, colocar a sua vida em risco. Porque, se encaminhar por uma sublevação aos moldes do Haiti é assumir a possibilidade da morte iminente. Então, quando você tem a possibilidade de conseguir sua liberdade sem que a morte esteja no seu calcanhar ou no seu cangote, isso acaba se transformando numa espécie de estratégia, também, desses escravizados, que vão criar outros muitos caminhos para obter essa liberdade.

Essa percepção esteve na estruturação desse Estado Nacional brasileiro que, se por um lado, apostou fortemente na escravidão no momento em que a instituição escravista estava sendo abertamente questionada pelo crescente movimento abolicionista, por outro lado fez tal aposta em meio ao medo de possíveis novos *Haitis* pela América. Essa aposta na escravidão só foi possível porque ela foi muito bem costurada, porque ela trazia no seu bojo a manutenção das dinâmicas que permitiram que um percentual desses escravizados fosse alforriado. Não por acaso, a Constituição Brasileira outorgada em 1824, previa que os filhos dos libertos, e que até mesmo os libertos, tivessem algum tipo de participação política. Havia estruturação de um Estado que, ao mesmo tempo, é liberal e escravista. E essa junção, esse combinado que acaba sendo feito, que estrutura o Estado nacional brasileiro

pelos próximos 75 anos, ela é fundamental para a manutenção da escravidão e, sem sombra de dúvida, essa manutenção tem como o anti-paradigma justamente a Revolução do Haiti.

Sugestões de leitura

Santos, Ynae Lopes dos. *Além da Senzala. Arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Hucitec, 2010.

Santos, Ynae Lopes. *Racismo Brasileiro. Uma história da formação do país*. São Paulo: Todavia, 2022.